

Rodízio das Firmas de Auditoria e Gerenciamento de Resultados após a Adoção das IFRS: Evidências das Empresas dos Setores de Consumo Cíclico e Não Cíclico da B3

Resumo

Estudos anteriores relacionaram a qualidade da auditoria com a qualidade da informação contábil. Enquanto o rodízio das firmas é apontado, geralmente, como uma medida de caráter positivo da auditoria, os *accruals* discricionários são indicados como um parâmetro negativo das demonstrações contábeis. Com a adoção das IFRS, os gestores passaram a ter mais liberdade em certas escolhas contábeis, fato que sugere um aumento no volume de *accruals* discricionários e, portanto, uma redução na qualidade do reporte do resultado do período. Dessa forma, este estudo buscou analisar a influência do rodízio das firmas de auditoria, após a adoção das IFRS, na incidência de gerenciamento de resultados das empresas dos setores de consumo cíclico e não cíclico listadas na B3. A escolha por tais setores decorreu da relevância dos mesmos perante a economia nacional e também dos resultados de oposição entre si diagnosticados por Silva e Bezerra (2010) durante o período anterior à adoção das IFRS. Considerando uma amostra de 200 observações referentes a 40 diferentes empresas entre 2014 e 2018, foi possível verificar diante de estimações com dados em painel e de estimações por Mínimos Desvios Absolutos que o rodízio das firmas não reduziu o nível de gerenciamento de resultados. Isso ocorre independentemente da relação dessa variável com o setor observado, sugerindo uma indiferença setorial nesse aspecto. Estes resultados auxiliam a suprir uma lacuna literária sobre os efeitos da troca de firma de auditoria, após as IFRS, nas práticas de gerenciamento de resultados; além de disporem aos usuários externos noções sobre a qualidade do lucro reportado pelas empresas dos setores observados quando estas passam a ser auditadas por novas firmas.

Palavras-chave: Gerenciamento de Resultados; Qualidade de Auditoria; Rodízio das Firmas; *Accruals* Discricionários; IFRS.

Linha Temática: Auditoria Contábil

Realização:



1 Introdução

O resultado do período é uma importante ferramenta de avaliação das empresas por parte dos usuários externos (Khotari, 2001). Esta afirmação pode ser sustentada, por exemplo, diante da pesquisa feita por Dichev, Graham, Harvey e Rajgopal (2013), onde 94% dos entrevistados – diretores financeiros de empresas norte-americanas de capital aberto – classificaram o lucro como muito importante para os investidores durante a avaliação das empresas.

O lucro é tão relevante para usuários externos que, conforme Takamatsu e Fávero (2013), outras importantes informações disponibilizadas nas demonstrações contábeis tendem a ser preteridas em sua função.

Diante da exigência do regime de competência pela contabilidade, o resultado econômico é quase sempre distinto do resultado financeiro. Essa diferença recebe o nome de *accrual*, tal qual relatam Kolozsvari e Macedo (2018). Por sua vez, os *accruals* ainda são subdivididos em duas parcelas, a saber: I) não discricionária, que remete às atividades naturais das empresas; e II) discricionária, decorrente de medidas arbitrárias dos gestores, sendo esta parcela tratada como *proxy* de gerenciamento de resultados por grande parte da literatura acerca desse tema (Martinez, 2008).

Considerando que resultados menos gerenciados denotam uma melhor métrica de qualidade sobre esta medida (Healy & Wahlen, 1999) e que é dever da contabilidade apresentar informações capazes de oferecerem aos usuários externos noções gerais e fidedignas sobre a performance da entidade (Palepu, Bernard & Healy, 2004), alguns estudos, como Chi, Lisic e Pevzner (2011), Burnett, Cripe, Martin e McAllister (2012) e Lennox, Wu e Zhang (2016), buscaram compreender a relação entre a qualidade da auditoria prestada e os *accruals* discricionários no sentido de que o aumento daquela deveria, em teoria, reduzir o volume desses.

Nesse campo de estudos, o rodízio das firmas é uma variável frequentemente utilizada como *proxy* de qualidade de auditoria partindo da premissa de que, com o rodízio, há um aumento da independência do auditor, fato que reduz a incidência de erros e fraudes contábeis (Martinez & Reis, 2010).

No Brasil, a maioria das pesquisas que seguiram essa argumentação utilizaram dados de empresas listadas na Bolsa, Brasil, Balcão (B3) durante o período anterior à adoção das normas internacionais de contabilidade – *International Financial Reporting Standards* (IFRS) – tal qual Silva e Bezerra (2010), Martinez e Reis (2010) e Azevedo e Costa (2012). Contudo, conforme Chan, Lin e Mo (2010), dentre as principais características oferecidas aos gestores após a adoção das IFRS, está a maior liberdade na escolha de certas políticas contábeis. Essa liberdade, portanto, tende a favorecer o aumento de medidas de gerenciamento de resultados (Ahmed, Chalmes & Khelif, 2013). O recente estudo feito por Boina e Macedo (2018) confirma essa tendência no cenário nacional.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi analisar a influência do rodízio das firmas de auditoria, após a adoção das IFRS, na incidência de gerenciamento de resultados das empresas dos setores de consumo cíclico e não cíclico listadas na B3.

A escolha da delimitação dos referidos setores da B3 decorre de duas razões: a primeira é a relevância destes setores perante a economia e vice-versa, sendo a pesquisa de Pandini, Stüpp e Fabre (2018) exemplo disso ao relatar que empresas de ambos os setores têm seus índices

Realização:

econômico-financeiros correlacionados com variáveis macroeconômicas; já a segunda razão decorre das conclusões da pesquisa de Silva e Bezerra (2010), onde os autores encontram evidências de que o setor de consumo não cíclico tende a diminuir o gerenciamento de resultados após a troca da firma de auditoria, ao passo que o setor de consumo cíclico segue o sentido oposto. Essa ambiguidade surge como fator de interesse sobre as nuances de cada setor para o objetivo proposto.

A pesquisa se justifica ao abordar como o rodízio das firmas de auditoria passou a ser relevante (ou irrelevante) na redução das medidas de gerenciamento de resultados após a adoção das IFRS, tendo em vista que há sugestão na literatura de aumento dos *accruals* discricionários após a implementação deste padrão contábil. Ademais, faz-se pertinente avaliar se esta relação é influenciada diante de características setoriais, conforme sugestão de Azevedo e Costa (2012), algo passível de observação perante a suposta oposição entre os setores observados nessa pesquisa no que tange aos resultados gerenciados (Silva & Bezerra, 2010).

Os resultados contribuem em duas frentes, quais sejam: a) no espectro teórico, auxiliando a suprir uma lacuna literária sobre os efeitos da troca de firma de auditoria, após as IFRS, nas práticas de gerenciamento de resultados; e b) no espectro prático, ao dispor aos usuários externos noções sobre a qualidade do lucro reportado pelas empresas dos setores observados quando estas passam a ser auditadas por novas firmas.

2 Referencial Teórico

Esta seção apresenta, inicialmente, conceitos sobre gerenciamentos de resultados via *accruals* e sobre qualidade de auditoria (com enfoque no rodízio das firmas), acompanhados de resultados encontrados por pesquisas anteriores. E, ao final, são apresentadas as hipóteses desenvolvidas para a presente pesquisa.

2.1 Gerenciamento de Resultados por meio de *Accruals*

Para Healy e Wahlen (1999), gerenciamento de resultados pode ser definido como o conjunto de medidas de caráter arbitrário dos gestores, que modificam ou manipulam as informações contábeis acerca do desempenho de uma empresa. Essas práticas podem estar associadas ao chamado “problema de agência”, elencado por Jensen e Meckling (1976), devido ao fato de que os gestores poderiam utilizar a discricionariedade que lhes é permitida em certas escolhas para buscar interesses próprios, preterindo, por exemplo, os objetivos da empresa.

A parcela do resultado não decorrente do regime de caixa, chamada de *accrual* (Kolozsvári & Macedo, 2018), representa um campo onde há certa liberdade para julgamentos pessoais, fato que possibilita a incidência de ações cujos propósitos podem ser oportunistas (Ayers, Jiang & Yeung, 2006). Isso foi confirmado no mercado dos Estados Unidos com os resultados da pesquisa de Dichev, Graham, Harvey e Rajgopal (2016), quando estes autores, ao entrevistarem profissionais da área financeira, obtiveram relatos destes profissionais que os *accruals* são um dos principais meios de gerenciamento de resultados.

Há que se destacar, contudo, que nem toda prática de gerenciamento de resultados é danosa aos interesses da empresa e dos *stakeholders*. Paulo (2007) explica que há duas perspectivas a serem abordadas em resultados gerenciados. A primeira, chamada de

Realização:

oportunistica, representa de fato as medidas de caráter doloso dos gestores; já a segunda, chamada de informacional, remete apenas às expectativas particulares dos gestores sobre a firma, algo que pode ser até mesmo benéfico para as empresas, conforme Silva, Silva, Sancovshi e Borba (2018).

Destarte, os *accruals* são segregados em uma parcela decorrente das atividades naturais da empresa (parcela não discricionária) e outra derivada de ações arbitrárias dos gestores (parcela discricionária), sendo a segunda tratada como *proxy* de gerenciamento de resultados e como medida de qualidade do lucro (Martinez, 2008). Isso pode ser visualizado na Figura 1.

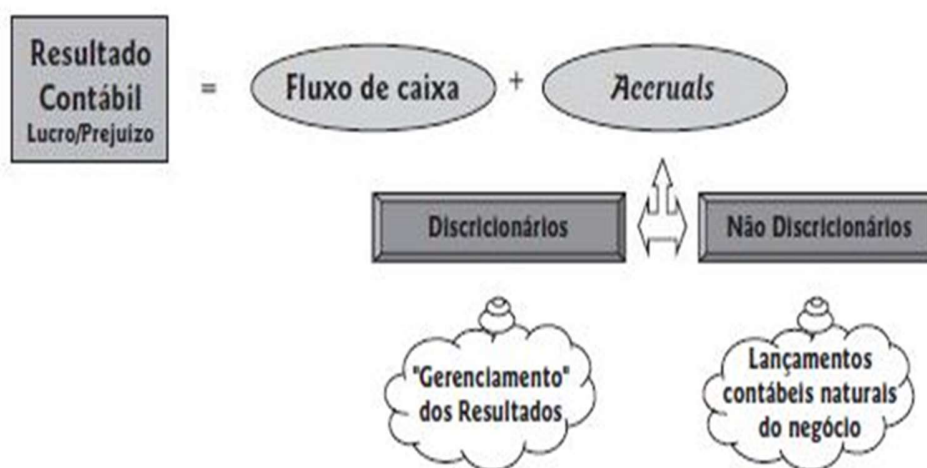


Figura 1. *Accruals* discricionários x não discricionários. Adaptado de Martinez (2008, p. 9).

Por ser uma medida não observável diretamente, os *accruals* discricionários precisam ser estimados, algo complexo de ser feito, conforme Paulo (2007) e Dechow, Sloan e Sweeney (1995). Assim, ao longo dos anos, diversos modelos foram elaborados visando atingir tal objetivo, como destacam Consoni, Colauto e Lima (2017). Cabe ao pesquisador a escolha por um ou outro modelo, todavia, Paulo (2007) destaca o risco de erros de especificação dada uma certa escolha, tendo sempre em vista que não há um modelo perfeito.

Não obstante, faz-se pertinente ressaltar que a adoção das IFRS tende a aumentar a liberdade nas escolhas contábeis dos gestores para que as informações possam melhor representar a realidade econômica da empresa (Chan *et al.*, 2010). Essa liberdade, contudo, pode ser utilizada como ferramenta de gerenciamento de resultados (Ahmed *et al.*, 2013), logo, há uma tendência de aumento dos *accruals* discricionários, conforme Barth, Landsman e Lang (2008).

Sustentam empiricamente a mencionada argumentação as pesquisas de Callao e Jarne (2010), indicando um crescimento dos *accruals* discricionários absolutos em 11 países da União Europeia após a adoção das IFRS e Boina e Macedo (2018), que encontram a mesma evidência no mercado de capitais do Brasil.

2.2 Qualidade de Auditoria

O conceito clássico de qualidade de auditoria diz que esta seria a avaliação do mercado de que um certo auditor possa detectar e informar alguma violação contábil, caso ela exista (DeAngelo, 1981). Porém, Defond e Zhang (2014) explicam que a qualidade da auditoria vai além disso. Para estes autores, os benefícios de uma auditoria de alta qualidade não se limitam ao termo binário “certo” ou “errado” para as demonstrações contábeis, eles se estendem ao ponto de gerar confiabilidade para os usuários externos de que as informações reportadas refletem devidamente a situação econômica da entidade.

Como a qualidade da auditoria não é exatamente observável, é difícil fazer mensurações sobre este tema. Algumas medidas, no entanto, são utilizadas frequentemente como *proxies* de qualidade de auditoria, como o tamanho da firma, a remuneração dos auditores, a permanência da firma de auditoria na relação com um determinado cliente, e o rodízio das firmas de auditoria (Defond & Zhang, 2014).

A respeito do rodízio das firmas, há uma linha de pensamento que argumenta que tal ação é, na verdade, prejudicial para a qualidade da auditoria, vide Beck e Wu (2006). Estes autores supõem que a qualidade da auditoria é prejudicada pelo rodízio dado que o conhecimento específico sobre as atividades da empresa adquirido por uma determinada firma será desconsiderado a partir do início da relação do cliente com a nova firma de auditoria.

Todavia, a maioria dos estudos, de acordo com Defond e Zhang (2014), assume que o rodízio melhora a qualidade da auditoria uma vez que há maior independência na relação cliente x firma, já que não existem laços anteriores entre estas partes. Os resultados de Defond e Subramanyam (1998) corroboram esta lógica diante de 503 trocas de auditoria ocorridas no mercado norte-americano entre 1990 e 1993 que apontaram *accruals* discricionários insignificantes no primeiro ano da firma de auditoria nos clientes.

Seguindo essa lógica, algumas pesquisas nacionais buscaram verificar a relação entre o rodízio das firmas e o gerenciamento de resultados.

Martinez e Reis (2010) reportam insignificância do rodízio das firmas em práticas de gerenciamento de resultados para as empresas de capital aberto da B3 entre 1997 e 2007, ao passo que as auditorias prestadas por firmas *Big 4* conseguiam mitigar tais práticas.

Silva e Bezerra (2010) realizam uma pesquisa similar, porém durante o intervalo de 2000-2008, além de considerarem o efeito setorial das empresas. Os autores concluem que alguns setores denotam relação entre a troca da firma e o gerenciamento de resultados, seja no sentido de redução dos resultados gerenciados, como no setor de consumo não cíclico, seja no sentido oposto, como no setor de consumo cíclico, ambos objetos da presente pesquisa.

Azevedo e Costa (2012) também encontram evidências de que empresas brasileiras de capital aberto (entre 1998 e 2005) não tiveram níveis de gerenciamento de resultados reduzidos após a troca da firma de auditoria, embora os autores tenham identificado uma diferença nesses níveis entre a troca voluntária e a troca obrigatória.

Já Silvestre, Costa e Kronbauer (2018), encontram resultados opostos aos dos trabalhos anteriores. Diante de uma amostra de 186 empresas listadas na B3 entre 2008 e 2015, os autores verificam uma redução nos *accruals* discricionários perante a troca da firma de auditoria. É

importante ressaltar que este trabalho, diferentemente dos anteriores, adentra o período de adoção obrigatória das IFRS, mas em 2008 e 2009 a mudança de padrão contábil era voluntária. Tal diferença não foi controlada no procedimento metodológico feito pelos autores. Independentemente disso, há uma sugestão de mudança nos resultados gerais no período pós-IFRS.

2.3 Desenvolvimento das Hipóteses de Pesquisa

Segundo a literatura acadêmica existente, há uma noção geral de que quanto menores forem os *accruals* discricionários de uma empresa em um determinado período, melhor será a qualidade informacional do resultado reportado para este período (Dechow, Ge, & Schrand, 2010). É entendido também que a qualidade da auditoria está diretamente relacionada com a qualidade da informação contábil divulgada ao mercado (Myers, Myers, Omer, 2003).

Sendo o rodízio das firmas uma métrica de qualidade da auditoria (Defond & Zhang, 2014), muito embora existam argumentos contrários à isso (Beck & Wu, 2006), é coerente acreditar que a troca das firmas de auditoria influencia negativamente o volume de *accruals* discricionários, uma vez que haveria um melhor controle sobre as medidas arbitrárias dos gestores, tal qual relatado por Silvestre *et al.* (2018).

Como os resultados empíricos dessa argumentação não são uníssonos, existindo evidências contrárias à isso, ou seja, de que o rodízio não melhora a qualidade do resultado em função dos *accruals* discricionários (Martinez & Reis, 2010; Azevedo & Costa, 2012), a primeira hipótese de pesquisa assume a forma nula, assim:

H1: A troca das firmas de auditoria, após a adoção das IFRS, não influencia o nível de gerenciamento de resultados das empresas do setor de consumo cíclico e não cíclico listadas na B3.

Cabe destacar que esta hipótese, tal qual o objetivo da presente pesquisa, verifica a relação supracitada exclusivamente durante o período de adoção obrigatória das IFRS, diferentemente das pesquisas anteriores, justificando essa escolha em função da mudança do volume de *accruals* discricionários, como haviam sugerido Barth *et al.* (2008) e Ahmed *et al.* (2010); tendo sido esse fato comprovado na pesquisa nacional de Boina e Macedo (2018).

Ademais, como Azevedo e Costa (2012) haviam sugerido controlar efeitos setoriais na relação entre a troca das firmas de auditoria e o nível de gerenciamento de resultados e a pesquisa de Silva e Bezerra (2010) havia sugerido que o setor de consumo cíclico tendia a um aumento do nível de gerenciamento de resultados no momento da troca da firma de auditoria, ao passo que o setor de consumo não cíclico tendia a um movimento contrário, ou seja, de redução do gerenciamento de resultados nessa relação, foram desenvolvidas as seguintes hipóteses:

H2a: O rodízio das firmas de auditoria favorece as práticas de gerenciamento de resultados nas empresas do setor de consumo cíclico listadas na B3.

H2b: O rodízio das firmas de auditoria desfavorece as práticas de gerenciamento de resultados nas empresas do setor de consumo não cíclico listadas na B3.

Realização:

3 Metodologia

3.1 Amostra

A população da pesquisa remete às empresas dos setores de consumo cíclico e não cíclico listadas na B3 entre 2014 e 2018. Foram identificadas diante da base dados Economática® 705 observações referentes a 141 diferentes empresas que atendiam a este critério.

Após isso, foram eliminadas 163 observações em função da inexistência de algum dos dados necessários para a pesquisa, que são apresentados na subseção a seguir. E, diante do interesse do acompanhamento cronológico adequado das informações coletadas, tal qual sugerido por Azevedo e Costa (2012), foi necessário realizar um balanceamento dos dados coletados (Gujarati & Porter, 2011), mantendo apenas as empresas que apresentavam dados para todo o intervalo cronológico proposto. Nesse processo, foram eliminadas mais 87 observações.

Assim, restaram 455 observações de 91 diferentes empresas. Contudo, apenas 20 empresas pertenciam ao setor de consumo não cíclico, enquanto 71 eram representantes do setor de consumo cíclico. Visando controlar essa discrepância amostral, foram mantidas apenas 20 empresas do setor de consumo cíclico para igualar o montante de observações entre os setores analisados. O critério adotado para a seleção das 20 empresas foi o do maior ativo, considerando o dado mais recente entre o intervalo observado. Esse procedimento também foi adotado por Silva e Bezerra (2010) ao selecionarem três empresas para cada setor de sua pesquisa.

Dessa forma, a amostra final foi composta por 200 observações de 40 diferentes empresas ao longo de 5 diferentes exercícios.

3.2 Procedimentos Metodológicos

Os dados coletados para esta pesquisa foram: Ativo Total, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante, Receita Operacional Líquida, Contas a Receber, Ativo Imobilizado, Lucro Líquido, Fluxo de Caixa e Nível de Governança Corporativa.

O primeiro passo realizado foi a obtenção dos *accruals* totais diante da subtração do Fluxo de Caixa do Resultado do período, conforme explicam Takamtsu e Fávero (2013):

$$(1) \quad \text{Accruals} = \text{Resultado} - \text{Fluxo de Caixa}$$

Esta forma de estimação é a mais consistente, para Hribar e Collins (2002), ao reduzir possíveis erros de mensuração. Na sequência, os *accruals* totais foram segregados em suas parcelas discricionária e não discricionária.

Para tal, optou-se pelo uso do modelo de Jones Modificado, apresentado por Dechow *et al.* (1995), em função de sua ampla utilização em pesquisas nacionais e internacionais e diante do relato de Consoni *et al.* (2017) de que este modelo é o mais apropriado até os dias atuais para estimar os *accruals* discricionários. O modelo é apresentado a seguir e, conforme Martinez (2008), a parcela discricionária é obtida diante dos resíduos da regressão.

Realização:

$$(2) TA_{i,t}/A_{i,t-1} = \beta_1(1/A_{i,t-1}) + \beta_2[(\Delta REV_{i,t} - \Delta AR_{i,t})/A_{i,t-1}] + \beta_3(PPE_{i,t}/A_{i,t-1}) + \varepsilon_{i,t}$$

Onde:

$TA_{i,t}$ são os *accruals* totais da empresa i no período t ;

$A_{i,t-1}$ são os ativos totais da empresa i no período $t-1$;

$\Delta REV_{i,t}$ é a variação das receitas da empresa i entre o período t e o período $t-1$;

$\Delta AR_{i,t}$ é a variação do saldo de contas a receber entre o período t e o período $t-1$;

$PPE_{i,t}$ é o saldo das contas do ativo imobilizado da empresa i no período t ;

$\beta_{1,2,3,n}$ são os coeficientes angulares;

$\varepsilon_{i,t}$ é o termo de erro da empresa i no período t .

Feito isso, e visando atingir o objetivo proposto, foi elaborado o seguinte modelo de pesquisa:

$$(3) |ACCD_{i,t}| = \beta_0 + \beta_1 ROA_{i,t-1} + \beta_2 END_{i,t-1} + \beta_3 NGC_{i,t} + \beta_4 BIG4_{i,t} + \beta_5 ROD_{i,t} + \beta_6 SETOR_{i,t} + \beta_7 (ROD_{i,t} \times SETOR_{i,t}) + \varepsilon_{i,t}$$

Onde:

$|ACCD_{i,t}|$ são os *accruals* discricionários, em módulo, da empresa i no período t ;

$ROA_{i,t-1}$ é o retorno dos ativos da empresa i no período $t-1$;

$END_{i,t-1}$ é o endividamento geral da empresa i no período $t-1$;

$NGC_{i,t}$ é uma variável *dummy* que assume valor 1 para empresas i , no período t , listadas no Novo Mercado e valor 0 para os demais níveis de governança corporativa;

$BIG4_{i,t}$ é uma variável *dummy* que assume valor 1 para empresas i , no período t , auditadas por uma das 4 maiores firmas de auditoria e valor 0 para os demais casos;

$ROD_{i,t}$ é uma variável *dummy* que assume valor 1 para troca na firma de auditoria da empresa i , no período t , e valor 0 para ausência de troca de firma de auditoria;

$SETOR_{i,t}$ é uma variável *dummy* que assume valor 1 para empresas listadas no setor de consumo cíclico e valor 0 para empresas listadas no setor de consumo não cíclico;

β_0 é o intercepto da regressão;

$\beta_{1,2,3,n}$ são os coeficientes angulares;

$\varepsilon_{i,t}$ é o termo de erro da empresa i no período t .

As variáveis ROA , END , NGC e $BIG4$ foram adicionadas como variáveis de controle em função de sua sugestão ou utilização em pesquisas correlatas anteriores (Martinez & Reis, 2010; Chi *et al.*, 2011; Silvestre *et al.*, 2018; Lennox, Wang, & Wu, 2018) buscando mitigar possíveis erros de especificação do modelo.

Cabe destacar que a variável de resposta $|ACCD|$ foi tratada em sua função modular. Isso decorre do interesse na intensidade do nível de gerenciamento de resultados independentemente do propósito, seja ele inflar ou reduzir o resultado do período. Este tratamento também foi adotado em pesquisas anteriores como Silva e Bezerra (2010) e Silvestre *et al.* (2018).

Foi adotado o método de winsorização como medida de tratamento dos *outliers*, que segundo Fávero, Belfiore, Silva e Chan (2009), atende adequadamente a este objetivo. Foram aparados valores extremos referentes a 10% da amostra, ou seja, 5% de cada cauda da

distribuição. Este processo foi feito nas variáveis utilizadas no modelo de Jones Modificado e, posteriormente, nas variáveis |ACCD|, ROA e END.

A estimação da regressão ocorreu mediante o uso de dados em painel, conforme mencionado na subseção anterior. Porém, como proposta de análise de sensibilidade, foi feita, adicionalmente, uma regressão estimada por Mínimos Desvios Absolutos (MDA), que segundo Ohlson e Kim (2015), pode apresentar resultados mais confiáveis em comparação às regressões estimadas por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) quando há a presença de *outliers* e heterocedasticidade, dado que a estimação MDA se vale da mediana, e não da média, como parâmetro.

Conforme Duarte, Girão e Paulo (2017), regressões MDA e regressões quantílicas são pouco comuns no cerne de pesquisas contábeis, fato que representa uma lacuna a ser explorada. Assim, o modelo adicional, elencado a seguir, é descrito por:

$$(4) (\Phi) |ACCD_{i,t}| = \beta_0(\Phi) + \beta_1(\Phi) ROA_{i,t-1} + \beta_2(\Phi) END_{i,t-1} + \beta_3(\Phi) NGC_{i,t} + \beta_4(\Phi) BIG4_{i,t} + \beta_5(\Phi) ROD_{i,t} + \beta_6(\Phi) SETOR_{i,t} + \beta_7(\Phi) (ROD_{i,t} \times SETOR_{i,t}) + \varepsilon_{i,t}(\Phi)$$

Onde:

Φ é o parâmetro da regressão, representado pelo quantil 0.5, ou seja, a mediana.

Todos os testes foram realizados com o auxílio do *software* STATA®.

4 Análise dos Resultados

São apresentadas, inicialmente, as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas neste estudo.

Tabela 1. Estatísticas descritivas

Painel A – Variáveis contínuas					
-	Média	Mediana	Desvio-Padrão	Mínimo	Máximo
ACCD	0,0631559	0,055945	0,045857	0,000269	0,160471
ROA	2,759398	2,694663	6,536468	-13,1617	0,257206
END	0,655456	0,614816	0,251047	13,86232	1,351822
Painel B – Variáveis binárias					
-	Nº de casos “0”		Nº de casos “1”		
NGC	65		135		
BIG4	57		143		
ROD	158		42		
SETOR	100		100		
ROD x SETOR	179		21		

Exceção feita ao ROA, que apresenta uma alta dispersão, as variáveis |ACCD| e END possuem desvios-padrão reduzidos, sugerindo efetividade no tratamento dos *outliers*. A média do ROA é superior à mediana, indicando que os valores extremos da cauda superior estariam influenciando esta variável de certa forma.

Realização:

Na sequência são apresentados os resultados da estimação dos *accruals* discricionários por meio do modelo de Jones Modificado.

Este modelo apresentou resíduos que tendiam a normalidade de acordo com o teste Jarque-Bera (p-valor 0,2411) e ausência de homocedasticidade conforme o teste de Breusch-Pagan (p-valor 0,0380). Para o problema de heterocedasticidade foi adotada a correção robusta de White, conforme sugerido por Gujarati e Porter (2011).

Tabela 2. *Accruals* discricionários via Jones Modificado

Painel A					
TA	Coefficiente	Erro Padrão	t	p-valor	VIF
$1/A_{i,t-1}$	-8648,312	3973,284	-2,18	0,031**	1,08
$(\Delta REV_{i,t} - \Delta AR_{i,t})/A_{i,t-1}$	0,0235822	0,0664743	0,35	0,723	1,02
$(PPE_{i,t}/A_{i,t-1})$	0,0507293	0,0196065	2,59	0,010***	1,09
Painel B					
R ²	0,0512	Nº de observações	200		
F	2,87	p-valor (F)	0,0377**		

Nota: * significa um nível de confiança de 90%; ** significa um nível de confiança de 95%; ***significa um nível de confiança de 99%. VIF = *Variation Inflation Factor*.

Com os resultados da Tabela 2 é possível verificar que o modelo é estatisticamente significativo a um nível de confiança de 95%, apresentando um poder de explicação (R²) de cerca de 5%.

Não há problemas de multicolinearidade considerando o Fator de Inflação da Variância (FIV) dos regressores e a regra prática disposta por Gujarati e Porter (2011) de que FIV's inferiores a 10 unidades não acarretam tal resistência.

Apenas a segunda variável de estímulo não apresentou significância estatística. O inverso do ativo, tal qual ocorrido na recente pesquisa de Martinez e Leal (2019), apresenta um sinal negativo, sugerindo uma redução nos *accruals* totais diante de seu aumento. Por outro lado, a variável PPE apresenta sinal positivo, contrário ao sinal esperado por Paulo (2007), que havia sugerido que o imobilizado estava atrelado ao decréscimo dos resultados em função da apropriação das despesas de depreciação.

Dando continuidade, a Tabela 3 apresenta os resultados dos testes de Chow, Hausman e Multiplicador de Lagrange de Breusch-Pagan, indicados por Fávero *et al.* (2009) como adequados para a escolha da melhor abordagem para os dados em painel.

Tabela 3. Abordagem dos Dados em Painel

Teste	F / χ^2	p-valor
Chow	1,47	0,0512
Hausman	3,35	0,6459
LM Breusch-Pagan	0,33	0,2831

De acordo com os resultados dos testes, tem-se o aceite da hipótese nula em todos os

casos, assim, os dados empilhados (*pooled*) surgem como a melhor alternativa para o conjunto amostral da pesquisa.

Os p-valores dos testes Jarque-Bera e Breusch-Pagan foram de 0,0222 e 0,0107, respectivamente. Dessa forma, foram rejeitadas as hipóteses nulas de ambos os testes, indicando a não normalidade dos resíduos da regressão, bem como a heterocedasticidade destes. Tal qual fora feito durante a estimação dos |ACCD| via modelo de Jones Modificado, a ausência de homocedasticidade foi tratada pela correção robusta de White, já o pressuposto da normalidade dos resíduos pôde ser relaxado perante o Teorema do Limite Central, já que a amostra (n) é superior a 30 unidades (Gujarati & Porter, 2011).

Também não foi identificado um elevado grau de colinearidade entre as variáveis independentes, como pode ser observado na Tabela 4.

Tabela 4. Resultados do modelo da pesquisa – estimação com dados em painel (abordagem *pooled*)

Painel A					
ACCD	Coeficiente	Erro Padrão	t	p-valor	VIF
ROA	0,0008307	0,0005946	1,40	0,164	1,55
END	0,0176118	0,0144710	1,22	0,225	1,51
NGC	0,0159776	0,0074899	2,13	0,034**	1,18
BIG4	-0,0037754	0,0099538	-0,38	0,705	1,63
ROD	-0,0104585	0,0119395	-0,88	0,382	2,01
SETOR	-0,0175596	0,0082915	-2,12	0,035**	1,57
ROD x SETOR	0,0064198	0,0143489	0,45	0,655	2,27
Intercepto	0,0515364	0,0138590	3,72	0,000***	-
Painel B					
R ²	0,0615	Nº de observações		200	
F	1,75	p-valor (F)		0,0992*	

Nota: * significa um nível de confiança de 90%; ** significa um nível de confiança de 95%; ***significa um nível de confiança de 99%. VIF = *Variation Inflation Factor*.

O modelo proposto só apresenta significância em termos estatísticos se for considerado um nível de significância de 10%, dado que p-valor (F) $0,0992 < 0,1000$. O poder de explicação do modelo gira em torno de 6%, contudo, é possível verificar que apenas duas variáveis apresentam significância estatística, ambas a 95% de confiança.

A primeira delas é uma variável de controle (NGC), que curiosamente apresenta sinal oposto ao esperado, sugerindo que empresas listadas no Novo Mercado tendem a gerenciar mais os resultados. Isso pode decorrer da predominância das empresas listadas neste segmento (67,5% da amostra).

A outra variável, no entanto, é de interesse direto da pesquisa. Conforme o p-valor 0,035 de SETOR, é possível inferir com 95% de confiança que, para a presente amostra, a presença no setor de consumo cíclico reduz as práticas de gerenciamento de resultados via *accruals* discricionários.

Este resultado é oposto ao que foi sugerido por Silva e Bezerra (2010). A explicação pode residir na mudança da amostra, tanto em relação ao conjunto de dados, como em relação aos diferentes padrões contábeis (antes e após as IFRS) ou, ainda, em função dos procedimentos metodológicos adotados, uma vez que a pesquisa anterior utilizou apenas correlações para realizar suas inferências.

Contudo, cabe a variável ROD x SETOR a função de refutar as hipóteses H2a e H2b. A insignificância estatística dessa variável indica que, independentemente do setor observado – consumo cíclico ou não cíclico – o rodízio das firmas de auditoria não afeta o volume de |ACCD|, ou seja, não há qualquer influência dessa variável no nível de gerenciamento de resultados.

Este resultado, mais uma vez, vai de encontro ao que foi disposto por Silva e Bezerra (2010), servindo de atendimento ao que foi sugerido por Azevedo e Costa (2012), que indicaram analisar se a influência do rodízio das firmas de auditoria nas práticas de gerenciamento era alterada em distintos setores. O resultado dessa pesquisa, portanto, indica que não há tal diferença entre os setores observados, dado que em ambos o rodízio das firmas foi insignificante em termos estatísticos.

E, ao verificar a variável ROD, é possível notar que o rodízio das firmas, por si só, não consegue gerar qualquer tipo de reflexo para as empresas observadas como um todo. Este resultado está de acordo com os achados de Martinez e Reis (2010) e Azevedo e Costa (2012), sugerindo inicialmente que, seja antes ou após a adoção das IFRS, o rodízio das firmas de auditoria não cumpre sua função de reduzir as práticas de gerenciamento, contrariando a teoria apresentada pela ampla maioria das pesquisas acadêmicas, de acordo com Defond e Zhang (2014). Destarte, não se pode rejeitar a H1 deste trabalho considerando os dados utilizados.

Por outro lado, Silvestre *et al.* (2018), ao analisarem o mercado no momento pós-IFRS, mesmo que considerando o período de adoção voluntária, conseguiram identificar uma redução dos *accruals* discricionários perante a troca das firmas de auditoria. O resultado contraria o que foi percebido nessa pesquisa, sendo factível que os fatores setoriais sejam decisivos nessa discrepância, dado que enquanto a presente pesquisa centra esforços em dois setores, o trabalho anterior considera o mercado como um todo, exceção feita ao setor financeiro.

Sendo confirmada esta tendência, há uma vez mais o interesse na exploração de cada setor diante da relação entre o rodízio das firmas de auditoria e as práticas de gerenciamento de resultados, tal qual haviam salientado Azevedo e Costa (2012).

Conforme explicado na seção de metodologia, são apresentados a seguir, de maneira complementar, os resultados do modelo de pesquisa estimados por MDA, seguindo a sugestão de Ohlson e Kim (2015) e Duarte *et al.* (2017).

Tabela 5. Resultados do modelo da pesquisa – estimação por Mínimos Desvios Absolutos

ACCD	Coefficiente	Erro Padrão	t	p-valor
ROA	0,0016392	0,0007721	2,12	0,035**
END	0,0431442	0,0194039	2,22	0,027**
NGC	0,0221278	0,0092303	2,40	0,017**
BIG4	-0,0045345	0,0113226	-0,40	0,689

ROD	-0,0139074	0,0139025	-1,00	0,318
SETOR	-0,0198183	0,0100598	-1,97	0,050**
ROD x SETOR	0,0074823	0,0195947	0,38	0,703
Intercepto	0,0265155	0,0180969	1,47	0,145

Painel B

Pseudo R ²	0,0635	Nº de observações	200
-----------------------	--------	-------------------	-----

Nota: * significa um nível de confiança de 90%; ** significa um nível de confiança de 95%; ***significa um nível de confiança de 99%.

A nova estimação indica um poder de explicação muito próximo ao obtido no modelo anterior, estimado por MQO. Contudo, duas variáveis de controle passaram a ser estatisticamente significativas (ROA e END), sugerindo melhor ajuste do modelo em função da robustez perante valores discrepantes (Duarte *et al.*, 2017), em especial no que diz respeito à variável ROA, que conforme visto anteriormente, apresentava a maior dispersão entre as variáveis contínuas da pesquisa.

As variáveis de interesse, ROD, SETOR e ROD x SETOR, mantêm suas condições de significância ou insignificância estatística inalteradas, bem como seus respectivos sinais. E, especificamente sobre a variável SETOR, que é significativa a um nível de confiança de 95% em ambas as estimações, tem-se que seu coeficiente sofre uma alteração ínfima.

Portanto, nessa análise complementar que buscou mitigar possíveis equívocos inferenciais em função da presença de valores extremos e da confirmada heterocedasticidade dos resíduos, todas as conclusões acerca das hipóteses previamente formuladas se mantiveram constantes.

5 Conclusões

Estudos anteriores haviam indicado que a qualidade da auditoria estaria ligada à redução das práticas de gerenciamento de resultados, melhorando a qualidade da informação contábil. O rodízio das firmas de auditoria é utilizado rotineiramente como parâmetro de qualidade de auditoria, muito embora haja visão contrária à isso.

Diante da mudança do padrão contábil no Brasil, que passou a seguir as IFRS, houve um aumento nos *accruals* discricionários, conforme estudos anteriores, em função da maior liberdade de escolha dada aos gestores das empresas. Assim, há uma sugestão de mais práticas de gerenciamento de resultados após as IFRS.

Nesse sentido, este estudo buscou analisar a influência do rodízio das firmas de auditoria, após a adoção das IFRS, na incidência de gerenciamento de resultados das empresas dos setores de consumo cíclico e não cíclico listadas na B3.

Os resultados apontam que, de uma forma geral, o rodízio das firmas de auditoria não gerou qualquer tipo de reflexo nas práticas de gerenciamento de resultados nas empresas observadas. Além disso, foi possível perceber que essa irrelevância do rodízio independe do setor observado (consumo cíclico ou não cíclico). Curiosamente, os resultados indicaram que o setor de consumo cíclico, por si só, tende a inibir medidas de gerenciamento de resultados, diferentemente do que foi apontado por Silva e Bezerra (2010).

Realização:

Os resultados estão de acordo com a maioria das pesquisas nacionais anteriores, mas essa maioria é representada por amostras anteriores ao momento de adoção das IFRS. O único trabalho posterior à tal adoção (Silvestre *et al.*, 2018), obteve resultados distintos ao da presente pesquisa, sugerindo eficiência do rodízio das firmas na mitigação do gerenciamento de resultados. Como esta pesquisa verificou o mercado de uma forma ampla, há sugestão de que a diferença nos resultados possa decorrer das características setoriais das empresas, uma vez que, neste trabalho, foram analisados apenas dois setores.

Portanto, como principal sugestão de pesquisa, tem-se a verificação das nuances de cada setor perante a relação entre o rodízio das firmas e as práticas de gerenciamento de resultados, corroborando o apontamento feito por Azevedo e Costa (2012). Uma segunda sugestão seria isolar o efeito dos setores de consumo cíclico e não cíclico dos demais visando identificar se são estes os únicos responsáveis pela distinção nos resultados gerais encontrados por Silvestre *et al.* (2018). A terceira ideia a ser explorada seria controlar o efeito das IFRS utilizando as mesmas empresas no período anterior e posterior à adoção deste padrão contábil. Isso permitiria verificar se o rodízio das firmas de fato passou a ser relevante no controle das medidas de gerenciamento de resultados após a mudança do padrão contábil.

Esta pesquisa apresenta como limitações: (a) resultados não generalizáveis, uma vez que foram analisados apenas dois setores da B3; (b) risco de viés de seleção amostral ao considerar apenas uma parte do setor de consumo cíclico, ainda que isso tenha ocorrido visando equiparar o montante de empresas dos setores observados; (c) risco inerente ao modelo escolhido para a estimação dos *accruals* discricionários, uma vez que não há um modelo perfeito para tal função, conforme explicou Paulo (2007).

Referências

- Ahmed, K., Chalmers, K., & Khelif, H. (2013). A meta-analysis of IFRS adoption effects. *The International Journal of Accounting*, 48(2), 173-217.
- Ayers, B. C., Jiang, J., & Yeung, P. E. (2006). Discretionary accruals and earnings management: An analysis of pseudo earnings targets. *The Accounting Review*, 81(3), 617-652.
- Azevedo, F. B., & da Costa, F. M. (2012). Efeito da troca da firma de auditoria no gerenciamento de resultados das companhias abertas brasileiras. *Revista de Administração Mackenzie*, 13(5), 65-100.
- Barth, M. E., Landsman, W. R., & Lang, M. H. (2008). International accounting standards and accounting quality. *Journal of Accounting Research*, 46(3), 467-498.
- Beck, P. J., & Wu, M. G. (2006). Learning by doing and audit quality. *Contemporary Accounting Research*, 23(1), 1-30.
- Boina, T. M., & da Silva Macedo, M. A. (2018). Capacidade preditiva de *accruals* antes e após as IFRS no mercado acionário brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 29(78), 375-389.
- Burnett, B. M., Cripe, B. M., Martin, G. W., & McAllister, B. P. (2012). Audit quality and the

Realização:

- trade-off between accretive stock repurchases and accrual-based earnings management. *The Accounting Review*, 87(6), 1861-1884.
- Callao, S., & Jarne, J. I. (2010). Have IFRS affected earnings management in the European Union? *Accounting in Europe*, 7(2), 159-189.
- Chan, K. H., Lin, K. Z., & Mo, P. L. (2010). Will a departure from tax-based accounting encourage tax noncompliance? Archival evidence from a transition economy. *Journal of Accounting and Economics*, 50(1), 58-73.
- Chi, W., Lisic, L. L., & Pevzner, M. (2011). Is enhanced audit quality associated with greater real earnings management? *Accounting Horizons*, 25(2), 315-335.
- Consoni, S., Colauto, R. D., & Lima, G. A. S. F. (2017). A divulgação voluntária e o gerenciamento de resultados contábeis: evidências no mercado de capitais brasileiro. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(74), 249-263.
- DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 3(3), 183-199.
- Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 344-401.
- Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *Accounting Review*, 70(2), 193-225.
- DeFond, M. L., & Subramanyam, K. R. (1998). Auditor changes and discretionary accruals. *Journal of accounting and Economics*, 25(1), 35-67.
- DeFond, M., & Zhang, J. (2014). A review of archival auditing research. *Journal of Accounting and Economics*, 58(2-3), 275-326.
- Dichev, I. D., Graham, J. R., Harvey, C. R., & Rajgopal, S. (2013). Earnings quality: Evidence from the field. *Journal of Accounting and Economics*, 56(2-3), 1-33.
- Dichev, I. D., Graham, J. R., Harvey, C. R., & Rajgopal, S. (2016). The misrepresentation of earnings. *Financial Analysts Journal*, 72(1), 22-35.
- Duarte, F. C. L., Girão, L. F. A. P., & Paulo, E. (2017). Avaliando Modelos Lineares de Value Relevance: Eles Captam o que Deveriam Captar? *Revista de Administração Contemporânea*, 21(spe), 110-134.
- Fávero, L. P. L., Belfiore, P. P., Silva, F. L. D., & Chan, B. L. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Basic econometrics*. Boston, Mass: McGraw-Hill.
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A Review of the Earnings Management Literature and Its Implications for Standard Setting. *Accounting Horizons*, 13(4), 365-383.

- Hribar, P., & Collins, D. W. (2002). Errors in estimating accruals: Implications for empirical research. *Journal of Accounting Research*, 40(1), 105-134.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305-360.
- Kolozsvári, A. C., & Macedo, M. A. S. (2018). The Relation between Income Smoothing, Earnings Persistence and IFRS Adoption. *Brazilian Review of Finance*, 16(2), 251-284.
- Kothari, S. P. (2001). Capital markets research in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 105-231.
- Lennox, C., Wu, X., & Zhang, T. (2016). The effect of audit adjustments on earnings quality: Evidence from China. *Journal of Accounting and Economics*, 61(2-3), 545-562.
- Lennox, C., Wang, Z. T., & Wu, X. (2018). Earnings management, audit adjustments, and the financing of corporate acquisitions: Evidence from China. *Journal of Accounting and Economics*, 65(1), 21-40.
- Martinez, A. L. (2008). Detectando earnings management no Brasil: estimando os accruals discricionários. *Revista Contabilidade & Finanças*, 19(46), 7-17.
- Martinez, A. L., & Reis, G. M. R. (2010). Rodízio das firmas de auditoria e o gerenciamento de resultados no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 4(10), 48-64.
- Martinez, A. L., & Leal, L. V. (2019). Conformidade contábil-fiscal e gerenciamento de resultados contábeis no Brasil. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 18(1), 9-30.
- Myers, J. N., Myers, L. A., & Omer, T. C. (2003). Exploring the term of the auditor-client relationship and the quality of earnings: A case for mandatory auditor rotation?. *The accounting review*, 78(3), 779-799.
- Palepu, K. G., Bernard, V. L., & Healy, P. M. (2004). *Business analysis & valuation: using financial statements*. 3rd ed. Mason, Ohio: Thomson/South Western.
- Pandini, J., Stüpp, D. R., & Fabre, V. V. (2018). Análise do impacto das variáveis macroeconômicas no desempenho econômico-financeiro das empresas dos setores de Consumo Cíclico e Não Cíclico da BM&FBovespa. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 17(51), 7-22.
- Paulo, E. (2007). *Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados* (Tese de Doutorado), Universidade de São Paulo.
- Silva, J. O., & Bezerra, F. A. (2010). Análise do gerenciamento de resultados e o rodízio de firmas de auditoria nas empresas de capital aberto. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 12(36), 304-321.

- Silva, A. H. C., Silva, C. E. V., Sanconvschi, M., & Borba, J. A. (2018). Analysis of discontinued operations in Brazil after IFRS 5 adoption. *Contextus – Revista Contemporânea de economia e gestão*, 16(3), 8-39.
- Silvestre, A. O., Costa, C. M., & Kronbauer, C. A. (2018). Rodízio de Auditoria e a Qualidade dos Lucros: Uma Análise a Partir dos Accruals Discricionários. *Brazilian Business Review*, 15(5), 410-426.
- Ohlson, J. A., & Kim, S. (2015). Linear Valuation Without OLS: The Theil-Sen Estimation Approach. *Review of Accounting Studies*, 20(1), 395-435.
- Takamatsu, R. T., & Fávero, L. P. L. (2013). Accruals, persistence of profits and stock returns in Brazilian public companies. *Modern Economy*, 4(02), 109.